

Os empresários: chega de incertezas.

Em defesa da livre iniciativa, um documento com 300 mil assinaturas será enviado à Constituinte e a Sarney.



Mais dois governadores dão apoio a Sarney

O presidente Sarney recebeu ontem, pessoalmente, o apoio de dois governadores de Estado — Flaviano de Melo, do Acre, e Max Mauro, do Espírito Santo — para o mandato de cinco anos. Melo disse que toda a bancada do PMDB do Acre (cinco deputados e dois senadores) fecham com o presidente, enquanto Mauro afirmou que seis dos dez parlamentares do Espírito Santo já se manifestam pelos cinco anos.

Apesar de ter afirmado que o presidente não ofereceu nada em troca do seu apoio, Max Mauro destacou a necessidade de seu Estado participar da administração a nível federal, em áreas de interesse como a Siderbrás e a Companhia Vale do Rio Doce. O governador disse que gostaria de ser consultado na indicação para as diretorias regionais desses órgãos. E o Acre já tem um pedido de ajuda financeira da ordem de Cz\$ 600 milhões. Ontem, Sarney disse para Flaviano que a reivindicação está sendo examinada.

Por outro lado, o governador Moreira Franco negou ontem, no Rio, durante assinatura de um convênio com o Banco do Brasil, que os recursos que vem recebendo do governo federal se devem ao seu apoio aos cinco anos de mandato para o presidente Sarney. Segundo ele, essas declarações partem de "oligarquias intrigantes", que não levam em consideração a falta de recursos destinados ao seu Estado nos últimos anos. "E esse dinheiro ainda é muito pouco em comparação ao que deixou de ser recebido", disse.

Neste mesmo caminho, o governador Orestes Quêrcia e alguns secretários de Estado almoçam hoje com o ministro da Fazenda, Bresser Pereira, no Palácio dos Bandeirantes. Nesse encontro, oficialmente, Quêrcia reivindicará recursos para a execução de obras ligadas aos setores de transporte, energia e habitação.



Teixeira passa a tropa em revista

"Demonstrar à sociedade e aos políticos, particularmente aos constituintes, a importância da livre iniciativa, fundamental para o desenvolvimento do País, na geração de empregos e da riqueza nacional." Este é um dos principais objetivos do movimento Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE), que pretende encaminhar até o final do próximo mês um documento contendo mais de 300 mil assinaturas de representantes das classes produtoras nacionais ao presidente da República, José Sarney, e ao presidente da Assembléia Constituinte, Ulysses Guimarães.

Quem fala sobre a iniciativa é o presidente da Associação Brasileira de Fundação (Abifa), Paulo Butori, que ontem esteve em Brasília mantendo contatos com vistas ao encontro empresarial marcado para dia 9 próximo, a se realizar no Palácio das Convenções do Anhembi, em São Paulo, quando a campanha deverá ser oficialmente lançada. Além da Abifa, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) também está empenhada na promoção do encontro, cujo objetivo é discutir a "formulação de uma política econômica consistente, capaz de permitir à categoria trabalhar e investir com mais segurança no futuro", segundo Butori.

Sem mencionar o novo plano econômico nacional que estaria sendo elaborado sob a coordenação do ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, Paulo Butori assegura que o Movimento Nacional das Bases Empresariais é respaldado por "pelo menos 75% do Produto Nacional Bruto" brasileiro, parcela que deverá estar representada no encontro marcado para o Anhembi.

Trata-se, também, de um movimento "supraliderança", conforme Butori: "Na verdade, não pertence a nenhuma entidade em separado, mas é de todo o empresariado brasileiro".

Para o presidente da Abifa, o movimento se justifica em função da "própria situação econômica brasileira, que é estarrecedora". "As in-

certezas e a insegurança geradas são de tal monta", enfatiza o líder empresarial, "que os empresários estão praticamente amarrados, sem alternativas de soluções para problemas imediatos ou futuros".

Butori divulgou, também em Brasília, a pauta da reunião empresarial marcada para o dia 9, cujos temas em debate serão: Demonstração da importância e necessidade de independência da livre iniciativa no desenvolvimento político, econômico e social do País; Necessidade de uma política econômica consistente a curto, médio e longo prazos; Redução do papel do Estado nas atividades que devem ser de competência exclusiva do setor privado; Redução do déficit público através de medidas urgentes; e estabelecimento de uma Constituição livre e soberana, com participação ativa e presente da iniciativa privada.

Afif no ataque

"O presidente da República renunciou", opinou ontem, em São Paulo, o constituinte Guilherme Afif Domingos (PL-SP), em uma sessão do seminário "Cenários Econômicos para Investimentos", promovido pela empresa KLM Serviços Financeiros. Para o constituinte, embora "tenham querido vender a idéia de que a crise é política, a crise é econômica, por falta de decisão política. E essa falta decorre de que temos um presidencialismo em que o presidente não decide. Seu único programa é uma ferrovia que vai para o Maranhão, em nome de sua opção pelos pobres. Queremos que o governo se defina".

"Eu conheço o panorama da insolvência. Há hoje recordes históricos nessa área", continuou o deputado. Ele fez, por fim, um diagnóstico repleto de imagens: "As oportunidades no Brasil são muito boas. O problema é o da travessia: no outro lado do rio há sol, terra, água, gente para trabalhar. Mas é preciso enfrentar um rio caudaloso, com piranhas, jacarés e sem pontes. Atravessando, está tudo bem", arrematou.